

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO**

**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS– CCH**

**ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL – ESS**

**SUZANNA BEATRIZ DE OLIVEIRA PIRES**

**A IMPORTÂNCIA DA EXTENSÃO PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM  
SERVIÇO SOCIAL**

**RIO DE JANEIRO**

**SETEMBRO DE 2021**

**SUZANNA BEATRIZ DE OLIVEIRA PIRES**

**A IMPORTÂNCIA DA EXTENSÃO PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM  
SERVIÇO SOCIAL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como pré-requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientação: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Vanessa Bezerra de Souza

**Suzanna Beatriz de Oliveira Pires****A importância da extensão para a formação profissional em serviço social**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como pré-requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientação: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Vanessa  
Bezerra de Souza

Aprovado em Rio de Janeiro, \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 2021.

Banca Examinadora:

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Vanessa Bezerra de Souza (orientadora)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lobelia da Silva Faceira (membro interno)

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Renata Gomes da Costa (membro interno)

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha família, professores, coordenadores de projetos de extensão, corpo administrativo e a todos os meus colegas de graduação que me ajudaram durante toda esta trajetória.

## AGRADECIMENTOS

Começo agradecendo primeiramente aos meus pais, que comemoram meu ingresso na universidade, que acompanharam minhas dificuldades de permanência, que ficavam felizes com cada semestre concluído, que não me deixaram desistir em todas as vezes que pensei sobre isso ao longo desses anos, e que hoje, comemoram mais uma vez a conclusão de uma etapa importante na minha vida.

Gostaria que a Dona Maria pudesse ver de perto um de seus oito netos se formando em nível superior pela primeira vez, mas infelizmente, não deu tempo. Dona Maria, como tantas Marias, foi guerreira, lutou bravamente até onde conseguiu e descansou, sou muito grata de ter vivido 21 dos meus 24 anos ao seu lado, a senhora faz muita falta fisicamente, mas sei que sempre olha por nós e por isso eu também agradeço.

Aos meus tios André, Marco, Junior, Marcia, Ana Paula, Roberto e Vilma fica o meu muito obrigada pelos ensinamentos, que mesmo em distância ou rotineiramente me moldaram com suas características e particularidades a ser a pessoa que sou hoje, em especial, Rosana, Paulo e a outra Maria da minha vida que me criaram e a quem eu devo tanto e tudo.

A todos os meus colegas de curso e classe, especialmente a Larissa Flôr, que se tornou uma grande amiga, só a gente sabe o quão difícil é estar e permanecer nesse espaço universitário, e que mesmo com todas as adversidades, nós conseguimos e devemos celebrar. Ao nosso corpo docente competente, ao nosso setor administrativo dedicado, e toda a coordenação do curso de Serviço Social, fica aqui o reforço da minha gratidão.

E não é possível escrever essa sessão de agradecimentos sem falar dela, Vanessa, que não é só minha orientadora, mas minha inspiração para realização desse trabalho de conclusão, a pessoa que acreditou na minha dor, estendeu a mão e me acolheu quando eu só tinha a opção de desistir, ela foi a responsável por me abrir esse mundo da extensão e foi a pessoa essencial para moldar a

profissional que serei como também o indivíduo que sou hoje. Vanessa foi uma mulher maravilha, se tornou mentora, orientadora, coordenadora, professora, amiga, terapeuta e muitas vezes mãe, Vanessa é assim, sinal de acolhimento e calor. Serei eternamente grata, esse trabalho é nosso.

## RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso, resgata a história da Extensão Universitária no Brasil, fazendo um breve relato do Ensino Superior no país, explicando a importância e os objetivos dos projetos de extensão ativos na Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Além de mostrar a relevância das ações extensionistas para a sociedade e para a comunidade acadêmica, explicando a função social da universidade e os benefícios na formação do profissional em Serviço Social.

**Palavras-chave:** Extensão Universitária. Serviço Social. Ensino Superior.

## ABSTRACT

This course conclusion work, recovers the history of University Extension in Brazil, making a brief report on Higher Education in the country, explaining the importance and objectives of active extension projects at the School of Social Service of the Federal University of the State of Rio de Janeiro. In addition to showing the relevance of extension actions for society and the academic community, explaining the social function of the university and the benefits in training professionals in Social Work.

**Keywords:** University Extension. Social Service. University education.



## Sumário

<b>1. Introdução .....</b>	<b>10</b>
<b>2. Educação Superior no Brasil - Considerações a partir das determinações de um país periférico.....</b>	<b>13</b>
<b>2.1 Breves considerações a respeito da educação superior no Brasil.....</b>	<b>13</b>
<b>2.2 O ensino superior no contexto da crise do capital.....</b>	<b>17</b>
<b>2.3 A política de extensão universitária no Brasil: Impactos da contrarreforma para a educação.....</b>	<b>20</b>
<b>3. Formação Profissional em Serviço Social: A importância da Extensão Universitária.....</b>	<b>23</b>
<b>3.1 O Projeto ético-político e a formação profissional em Serviço Social.....</b>	<b>23</b>
<b>3.2 As diretrizes curriculares e a extensão Universitária.....</b>	<b>26</b>
<b>3.3 A atual política de extensão universitária: desafios e possibilidades para o Serviço Social.....</b>	<b>28</b>
<b>4. Os Projetos de Extensão da Escola de serviço Social da UNIRIO: Contribuições para a formação profissional.....</b>	<b>31</b>
<b>4.1 Objetivos dos projetos de extensão: Enriquecimento da formação Profissional.....</b>	<b>31</b>
<b>4.2 A implementação dos Projetos de extensão e os impactos da COVID - 19.....</b>	<b>38</b>
<b>4.3 A função social da extensão universitária como possibilidade de implementação do Projeto ético político profissional.....</b>	<b>41</b>
<b>Considerações finais.....</b>	<b>44</b>
<b>Referências.....</b>	<b>46</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Superei alguns obstáculos ao longo da minha vida acadêmica dentro da UNIRIO, e sempre tive dificuldade com alguns temas dentro da academia, nunca me senti totalmente abraçada pelo espaço acadêmico, mas ao participar de um projeto de extensão do curso de Serviço Social, como estagiária, enxerguei um campo de atuação, pouco discutido durante os meus anos de formação, mas de extrema importância para a profissão. Foi impactante ao iniciar o primeiro semestre de Estágio e não me encontrar no meio de todas as outras áreas que outros colegas estavam estagiando; foi observado que durante os debates, haviam poucas referências, troca de experiências e profissionais dedicados a área de Assessoria e Consultoria, e que as outras temáticas e políticas públicas eram mais desenvolvidas e exploradas. Surge desta constatação a minha vontade de desenvolver o tema.

Estar dentro de um estágio em extensão onde trabalhamos com a política de educação, em uma Universidade Federal que sofre todos os dias com os cortes e ajustes financeiros, juntamente com a precarização dos serviços e não sendo capaz de dar o suporte necessário para todos os cursos, inclusive para o de Serviço Social, torna a permanência muito mais complexa.

Todo esse processo me fez perceber o quanto é importante essa articulação dos projetos de extensão universitária, e o quanto esse é um diálogo de extrema necessidade, principalmente para nós, que somos agentes ativos desse espaço universitário, e que muitas das vezes nos acomodamos e precisamos sair dessa bolha restrita do ensino e analisar criticamente a sociedade que vivemos e fazer algo que realmente interfira de alguma forma na vida fora da academia e entender que a universidade vai além da sala de aula, e que é muito importante sim, sala de aula e livros, mas que esse conhecimento e aprendizado não sirva só para a nossa construção como profissionais, mas para além disso, para que todo o conhecimento e aprofundamentos teóricos que adquirimos durante esses anos de Universidade sejam levados para fora dela, e dar assim início ao processo de democratização do conhecimento através da extensão universitária.

Escrevemos a presente monografia por entender que precisamos levar as temáticas que são discutidas diariamente por nós de uma forma mais didática e interessante para fora da faculdade, mesmo isso sendo um grande desafio, além também de poder articular todo o processo de Extensão Universitária com o Serviço Social, tendo como referência o nosso Código de Ética, nossas diretrizes curriculares, nosso Projeto ético-político e nossa Lei de Regulamentação da profissão.

Defendemos o tripé da formação, do ensino superior, o ensino, a pesquisa e como apresentado acima, a extensão universitária, juntamente com a pluralidade proposta em nossa atuação.

A importância desses projetos para o Serviço Social se dá a partir do reconhecimento do quão valioso a atividade de Extensão é para nossa prática profissional e para o nosso desenvolvimento como estudantes, entender que a ideia do Projeto de Extensão é sair dos muros da universidade, e que dessa forma podemos enxergar a sociedade e suas expressões com clareza e principalmente, criar meios e possibilidades para, de alguma forma intervir na realidade imposta, seja através de cartilhas, palestras, cursos, programas, ou até mesmo só pelo fato de disponibilizar a informação aos usuários e intervir mesmo que minimamente na construção do ser social.

Sendo assim, a presente monografia tem por objetivo fazer uma análise da política de extensão na universidade e, principalmente, no Serviço Social, entendendo a Extensão como ações que são desenvolvidas para intercâmbio do aprendizado e pesquisas elaboradas nos espaços da universidade para o público externo que tem como objetivos centrais a criação de um vínculo do aluno e do professor com a sociedade, tanto em sua formação quanto na sua qualificação, além de fazer com que a sociedade enxergue a Extensão como uma estratégia de enfrentamento das refrações da questão social no Brasil.

A Extensão tem também a perspectiva de dar visibilidade a Universidade como ponto ativo na elaboração de políticas públicas para a população e que possam ser vistoriadas e acompanhadas durante seu processo de implantação e execução. Contribui também para a fiscalização do financiamento dos projetos

de extensão no Brasil, onde garante a permanência e a criação de novos projetos, gerando aumento de investimento, criação, democratização do conhecimento e possibilidade do ingresso do saber popular no âmbito da universidade, bem como ações que visem o atendimento das necessidades sociais da classe trabalhadora.

A política de extensão permite reforçar as parcerias e redes interinstitucionais como forma de intercâmbio de conhecimento e expandir as relações com outros profissionais dos diversos setores universitários e da sociedade. Incentiva o uso das tecnologias a favor da educação para melhoria e desenvolvimento, além de entender a importância das atividades que preservem e enaltecem a cultura popular e incentivar ações sustentáveis e com conscientização ambiental como parte integrada da extensão.

A metodologia utilizada para elaboração deste trabalho foi através de uma pesquisa bibliográfica e documental, onde analisei os projetos de extensão da Escola de Serviço Social e realizei leitura de bibliografia para aprofundar o conhecimento quanto ao tema. Um adendo importante, a ideia surgiu inicialmente junto da possibilidade de entrevistar os professores coordenadores de extensão da Escola, mas devido a pandemia da covid 19, não foi possível a abordagem.

Ao longo desse material, faremos um resgate da Educação Superior no Brasil e de como esse ensino se deu no contexto da crise do capital, e os impactos da reforma da política de extensão. No quesito profissional, falaremos sobre a importância da extensão para a formação universitária, das diretrizes curriculares do Serviço Social e do projeto ético-político, além de debater os limites e possibilidades da extensão para o serviço social.

E finalizamos o debate com a exposição dos projetos de extensão ativos e inativos da escola de Serviço Social, e os impactos da covid 19 na atuação e implementação dos mesmos além de apresentar reflexões acerca da função social da universidade, mediadas pelo nosso projeto ético-político.

“Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda...” - Paulo Freire

## **2. Educação Superior no Brasil - Considerações a partir das determinações de um país periférico**

### **2.1 Breves considerações a respeito da educação superior no Brasil**

O Brasil foi um dos países da América que teve seu processo de iniciação do ensino superior mais atrasado, tanto pela falta de interesse da Coroa, como pelos detentores de poder da época. Ainda na era colônia, no século XVII, com a coordenação dos jesuítas, inicia-se o Ensino Superior com os cursos de Filosofia e Teologia, sendo ministrado por religiosos. Em 1759, houve a expulsão dos jesuítas, o que levou a crise na educação brasileira, pois os mesmos, compunham a maior parte de educadores.

No século XVIII, com o intuito de criar aliados ao Estado e especialistas voltados para a produção, inicia-se a formação de profissionais liberais. Com a chegada da Família Real Portuguesa, surgem as primeiras escolas superiores, inicialmente escolas militares, como a Real Academia Naval e a Academia Militar Real que foram criadas juntamente com os cursos de medicina, engenharia, direito e agronomia.

O Ensino Superior no Brasil surge voltado à classe dominante, diante da dificuldade de seus representantes em ingressar nas universidades europeias. O ensino teve inspiração na estrutura das universidades de Portugal, principalmente da Universidade de Coimbra, implementando o ensino das artes e das ciências ao Brasil.

Após o fim da primeira guerra mundial, o ensino superior brasileiro se tornou extremamente desestabilizado. O Estado controlava tanto essa modalidade de ensino, que passava até mesmo a interferir nos programas, objetivos e conteúdo que seriam ensinados, sempre em busca de garantir os interesses da classe dominante.

A falta de planejamento das instituições de ensino superior no Brasil, desde sua origem, em detrimento das ineficiências e cunho político e interesses outros, proporcionaram limitações em sua expansão e na qualificação no atendimento pleno da população. Persiste na atualidade as consequências das constantes reformas educacionais e de Leis sobre as atribuições à Educação Pública e ao Ensino Superior. (BORTOLANZA, 2017. p.8)

Com a Proclamação da República, o Brasil sofreu diversas mudanças, incluindo a educação e o ensino, que antes era exclusivo aos poderes públicos, passando a ser também, privado, permitindo que houvesse uma ampliação significativa no ensino superior e que conseqüentemente, mais pessoas conseguissem acessar essa categoria de ensino.

Os conjuntos de cursos superiores, as universidades, só surgem no início do século XX, quando são criadas a Universidade do Rio de Janeiro, conhecida hoje como Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Universidade do Paraná, na atualidade, Universidade Federal do Paraná (UFPR). A partir dos anos 30 tivemos as junções das escolas superiores e as de cunho profissionalizante.

O que conhecemos hoje como Ministério da Educação foi criado em 1930, como o Ministério dos Negócios de Educação e Saúde. Em 1932 surge um movimento de educadores, que pedia ao Estado um plano geral de educação, além da desvinculação da Igreja, para que a Educação fosse pública, obrigatória e gratuita.

O período de 1931 a 1945 foi marcado pela disputa das lideranças laicas e católicas. Tivemos a criação em 1934 da Universidade de São Paulo, já entre os anos 1945 e 1968, dá-se início aos movimentos estudantis e dos professores para a defesa da educação superior pública, movimentos esses, que foram interrompidos durante a instauração dos governos militares, após o golpe de 1964<sup>1</sup> A partir de então houve a expansão do ensino superior privado e o forte

---

<sup>1</sup> Quando a ditadura se instalou, a violência foi usada para acumulação monopolista, fusões entre empresas, relações de produção e agricultura, a relação entre cidade e campo desencadearam amplamente os monopólios, tudo isso para gerar mais lucro e fundos suficientes para colocar no topo e deixar bem claro quem controlava a economia brasileira. O Estado permitiu e facilitou o caminho para todas essas empresas e instituições privadas criarem-se em cima da economia do país (IANNI, 1981). O sistema militar também interferiu nas leis trabalhistas e nas garantias de direitos dos trabalhadores, como freio do movimento sindical da época, lançando mão de estratégias para deter qualquer tipo de manifestação ou rebeldia contra a nova forma de organização, seja por meio de proibição de greves a reajustes de salários (ALMEIDA, 2012).

controle e supervisão do ensino público. Ainda em 1961 tivemos o início da pós-graduação.

Nos anos 1970, vemos um aumento expressivo das universidades estaduais, e das Instituições de Ensino Superior de cunho privado e sem fins lucrativos, sem muito aprofundamento nas áreas de pós-graduação e de pesquisa. (GOMES, TAYLOR E SARAIVA, 2018). Como o acesso às universidades públicas não era simples e viável para a maioria dos estudantes, vemos o ensino particular dando passos largos, expandindo-se para as principais cidades e capitais do país.

Ainda nos anos 1970, especificamente, a partir do ano de 1977, a Educação sofreu alteração baseada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A Lei 9394/96 possibilitou que as instituições de ensino superior, que antes não tinham caráter lucrativo, passassem a ter esse vínculo, e o número de matrículas no país aumentou significativamente.

Logo após o final da ditadura militar e do movimento de diretas já<sup>2</sup>, a sociedade brasileira se movimentou a favor da defesa e expansão de forma democrática e popular, os conhecimentos que a Universidade e cursos superiores ofereciam. Com a Constituição da República Federativa do Brasil em 1988, foi conquistado um novo papel social da universidade brasileira, que é de direito a todos.

---

<sup>2</sup> Os movimentos sociais no Brasil ganharam força e tiveram um papel extremamente necessário. Durante o período da ditadura militar, esses movimentos foram importantíssimos para nossa história político-econômica e foram eles que abriam passagem para a redemocratização no país, um dos principais movimentos da época foi o movimento operário, apesar do período de grande instabilidade tanto político como econômico e mesmo estando em constante perseguição e contenção, além é claro, da forte violência e opressão vivida, a classe operária acabou conseguindo ressurgir no espaço político. Mesmo sem condições de mobilização e organização, iniciou-se através de uma greve geral no berço da indústria brasileira, impulsionando os trabalhadores a combater os acontecimentos políticos da época e fez com que o chão de fábrica se desvinculasse e abolisse o sistema de sindicalismo que existia anteriormente. A greve da Scania, uma fábrica de caminhões, ficou conhecida e começou a se espalhar pelo ABC paulista, criando esse movimento do sindicalismo brasileiro. Os relatos do sindicalismo antes de 1964 são trazidos com a dor de não serem efetivos na luta dos trabalhadores e seus direitos, e é caracterizado pela política reformista. O novo sindicalismo surge como uma forma de enfrentamento ao regime militar, e essa organização deu origem a criação da Central Única dos Trabalhadores, a CUT. Essa organização inicial, desencadeou diversas outras movimentações sociais, como posteriormente o Diretas Já, que tinha como base a retomada das eleições diretas para o posto de presidente da república (ALMEIDA, 2012).

A partir de 1980 a história da Educação superior no Brasil ganha um novo capítulo. Com a redemocratização, e com a expansão do caráter universitário, cria-se o tripé: O Ensino, a Pesquisa e finalmente a Extensão, que é o foco do nosso debate.

Os anos 2000, foram marcados pela expansão do acesso à educação superior pública, decisão tomada entre o governo brasileiro, o Banco Mundial e o FMI (fundo monetário internacional). Cria-se o Programa de Universidade Para Todos (PROUNI), que tem o intuito de promover bolsas de estudos em instituições privadas; o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), que financia a graduação dos estudantes nas Instituições de Ensino Superior privadas; o Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB) cujo objetivo é o de as universidades públicas disponibilizam cursos superiores na modalidade à distância (EAD); o SISU, que é o Sistema de Seleção Unificada, que permite que os estudantes cursem o Ensino Superior em outro Estado, e por fim, o REUNI, que é a Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, que tem por objetivo ampliar o acesso à Educação Superior.

O acesso à Educação Superior também se amplia com as políticas de ações afirmativas, que garantem uma reserva de vagas específicas para alunos que estudaram em escola pública ou que se autodeclararem pretos, pardos e indígenas, nas universidades e escolas de ensino médio federais.

Hoje, a oferta do Ensino Superior no Brasil é feita através das Universidades e Faculdades, dos Centros Universitários e Centros de Educação Tecnológica, além dos Institutos Superiores, tanto público quanto privado e presenciais ou à distância. A forma de ingresso a essas modalidades é feita através de vestibulares, além do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e da Avaliação Seriada no Ensino Médio que tem cunho de conhecimentos gerais e de matérias vistas no ensino médio e outras instituições ainda fazem demais avaliações e testes, voltados para as especialidades dos cursos de interesse.

Ao passo que entendemos as origens e a construção do processo da educação superior no Brasil, podemos avançar para o momento em que esse ensino entra no contexto de crise do capitalismo vivido no início dos anos setenta, e os impactos que isso traz ao sistema de ensino no país.



## 2.2 O ensino superior no contexto da crise do capital

A partir dos anos de 1970, o capital passa por uma crise diferente de todas anteriormente experimentadas, a crise deixa de ser uma situação que se alterna de tempos em tempos, para algo estrutural, o que acaba desenvolvendo inúmeras mudanças e reestruturações que afetam claramente as classes mais pauperizadas. Vemos a política social contemporânea sofrer ataques e a crise fiscal do Estado se torna o argumento para a implementação da agenda neoliberal<sup>3</sup> e conseqüentemente, o corte nos gastos sociais que levam a diminuição dos custos com a força de trabalho.

Nessa crise estrutural, toda a humanidade é afetada, e para a manutenção do modo de produção capitalista, tiveram diversas mudanças. Para a classe trabalhadora, vemos o aumento da exploração da força de trabalho em níveis extremos devido ao aumento de produção capitalista

A dinâmica do capital abandonou as estruturas de auto-suficiência para se firmar como novo controle de metabolismo social legitimando o valor de troca quantificável e expansivo como mediador das relações (GUERRA, 2011, p.1)

Em sua reestruturação, o capital começa a transformar direitos em mercadoria, o processo de mercantilização começa a se expandir em ambientes, como a saúde, a ciência, a cultura e a educação.

Sendo assim, serviços que deveriam ser considerados como direito da humanidade, passam a ser comercializados. As políticas sociais passam a ser reduzidas a um discurso ideológico, e se tornam alvo de ações paternalistas e populistas, passando a ser acessadas via mercado. Deixando de ser um direito

---

<sup>3</sup> O diferencial do neoliberalismo aqui no Brasil, é a definição e uma ação direta da financeirização das políticas sociais, fato esse, que não havia acontecido em nenhum momento político na história do Brasil. As políticas sociais passam a ser formas de acumulação do capital, seja por suas privatizações ou ações estatais, com o uso do fundo público. O Estado e o fundo público se tornam imprescindíveis para a garantia de produção e reprodução do capital. Como uma forma de evitar a superacumulação, as políticas sociais, principalmente a de seguridade, viram investimento de capital financeiro, privatizando setores de utilidade pública e invertendo os lucros da saúde, educação e previdência e para compensar a situação extrema de miséria e pobreza, cria-se a expansão dos programas de transferência de renda (SOUZA,2012).

social, o Estado desresponsabiliza-se da proteção social, tendo assim, um Estado mínimo para o trabalhador e máximo para o capital. (BEHRING, 2008, p.64)

O neoliberalismo tem como uma de suas características o processo de financeirização das políticas sociais, fato esse, que não havia acontecido anteriormente em nenhum momento na história do Brasil. As políticas sociais passam a ser formas de acumulação do capital, sejam por suas privatizações ou ações estatais, com o uso do fundo público.

Durante esse período, a educação passa a ser parte da acumulação do capital. O que deveria ser visto como uma forma de emancipação humana, se torna um mecanismo de manutenção e reprodução do sistema capitalista. Para evitar a superacumulação, as políticas sociais, principalmente a seguridade, tornam-se foco de investimento de capital financeiro, privatizando setores de utilidade pública e invertendo os lucros da saúde, educação e previdência. A educação superior passou a ser uma ferramenta essencial para a reestruturação do capital (SOUZA, 2012, p.218)

Contudo é possível afirmar que o processo de mercantilização da educação no Brasil começou ainda no período da ditadura militar. Conforme dito anteriormente, em 1968 temos uma reforma universitária que permitiu a expansão do ensino superior privado, e a ligação do ensino superior como parte do processo de inserção no mercado de trabalho. Além disso, os cursos ofertados eram explicitamente focados em gerar profissionais que atendiam às necessidades do capital.

Com a educação passando a ser um produto, as vagas nas universidades e os diplomas passam a ser regidos pela lógica quantitativa (leia-se: produtivista) e para a sustentação da crise, o capitalismo busca esvaziar a produção de conhecimento de pensamento crítico, tanto entre alunos quanto entre professores.

Podemos presenciar a perversidade do capital em transformar a riqueza da produção de ciência - que objetivava lançar luz sobre questionamentos, buscar soluções para problemas e inquietações sociais - em uma produção de riqueza de volumes de diplomas expedidos, fazendo a ciência curvar-se ao capital (ALVES e GONÇALVES, 2019, p.10)

A flexibilização e a ampla concorrência na educação superior tornam-se uma espécie de salvação à crise. Seguindo as orientações dos organismos multilaterais como BM e FMI, a educação e o mercado de trabalho passam a ter uma relação ativa direta. Há uma grande reforma universitária que lança ao mercado de trabalho os trabalhadores necessários para as funções que o capital precisa atender e desenvolver.

Ainda com relação ao período da ditadura militar, o que chamam de “milagre econômico” foi marcado pela criação do PAEG - Programa de Ação Econômica do Governo, uma iniciativa do governo para concessão de bolsas em universidades particulares que ocuparam alta porcentagem dos gastos públicos na área da educação. Estima-se que em 1973, 39% dos gastos na área foram destinados ao programa que tinha basicamente o objetivo de controlar a inflação e reformular o sistema financeiro. O programa permitiu o avanço da educação superior privada com utilização de recursos públicos.

A partir do final do século XX, o Banco Mundial passa a atuar diretamente nas políticas sociais de educação, como por exemplo em 1986, onde o banco cria um documento<sup>4</sup> que destaca o financiamento da educação básica e não dá superior, além de posteriormente, em 1994, lançar outro documento<sup>5</sup> que critica a forma que o país gasta seus recursos em universidades com pesquisa. Por ser um país periférico, focar na educação básica seria o mais indicado, pois só com esse nível de educação já seria suficiente para a sociedade exercer a grande maioria dos serviços.

---

<sup>4</sup> Financing education in developing countries - An exploration of policy options é um documento organizado pelo Banco Mundial onde incita os governantes que dediquem e financiem o ensino básico ao invés do superior e que passe a cobrar serviços como renovação de matrícula e mensalidade. O documento ainda coloca em último lugar o ensino superior, colocando ainda em sua frente a educação secundária, o que acabou influenciando a pauperização dos países não desenvolvidos e periféricos e realocando os gastos para a classe dominante e com mais “retorno social”. Além do incentivo à expansão das escolas privadas. (SGUISSARDI, 2005)

<sup>5</sup> Higher education: the lessons of experience é o documento que não só reforça todos os aspectos do documento anterior como também parabeniza os países que seguiram o programa à risca e conseguiram resultados satisfatórios. O documento chama atenção a sua crítica e orientações aos gastos com a pesquisa e a expansão dos cursos e institutos de educação superior. No Brasil, é o momento onde a privatização de instituições federais acontece com alta frequência. Outro momento histórico no Brasil que aconteceu, foi na ditadura (SGUISSARDI, 2005).

Em 1998, o Banco Mundial emite outro documento<sup>6</sup> insinuando que a educação superior teria características muito mais privadas do que públicas, o que estimula no Brasil, um movimento de mercado educacional, amparado pelos empresários da época.

Com isso conseguimos entender que o sistema capitalista e a mercantilização da educação que aconteceu nos últimos dez anos dos períodos citados, defendia sem precedentes, que em países periféricos, o número de universidades com pesquisa deveria ser menor; que o foco deveria ser as faculdades de cunho profissionalizantes e técnicas, onde a duração seria de 2 a 4 anos e que o ensino superior não deveria ser priorizado. Essa interferência de organizações internacionais, segundo Alves (2019), foi essencial para a expansão do movimento educação-mercadoria.

### **2.3 A política de extensão universitária no Brasil: Impactos da contrarreforma para a educação**

O projeto de Extensão Universitária inicia na Inglaterra, como uma ideia de Educação continuada, direcionada a toda a população adulta inglesa, que não estava inserida na universidade. As atividades e cursos prestavam serviços tanto nas áreas urbanas quanto nas áreas rurais, atendendo assim, algumas demandas da população. (NOGUEIRA, 2001)

No Brasil, já existiam relatos de atividades de caráter extensionista desde 1911 com a Lei Orgânica do Ensino Superior, que dava autonomia curricular e pedagógica às universidades para realização de atividades de extensão.

Em 1918 temos o Manifesto de Córdoba, que foi um movimento importante para toda a América Latina, incluindo o Brasil, onde criou-se um

---

<sup>6</sup> The financing and management of higher education - A status on worldwide reforms é uma publicação que comemora a forma "hegemônica" que o processo de financiamento e reforma da educação acontecia nas universidades, reiterando a condição que esses espaços estavam, muito mais voltados para o mercado do que para o poder público, deixando clara a sua ideia de privatização (BM,1998).

modelo institucional onde se amplia o acesso e a participação estudantil na educação superior.

Em 1931, os registros baseiam-se no Estatuto da Universidade Brasileira/Decreto Lei nº 19.851, e já em 1961, temos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que preconizava que as Universidades Brasileiras realizem atividades que transmitirem conhecimento e assistência para a população.

Em 1968, temos a criação da Lei nº 5.540 que estabelecia que todos os locais de ensino superior e as universidades realizassem “cursos e serviços especiais estendidos à comunidade”. (FORPROEX, 2007, p.11)

Com a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE) em 1937, as manifestações articuladas pelo movimento estudantil impulsionaram o debate da ampliação da Extensão Universitária, mas só em 1956 o movimento estudantil ganha real impacto no debate por causa de sua postura junto à sociedade brasileira. (ALMEIDA, 2015)

Mesmo diante do período de ditadura militar e seus limites, a extensão ganha novos desfechos quando o Ministério de Educação e Cultura divulga nos anos 1970 um plano de Trabalho da Extensão Universitária. Mesmo diante do contexto - o processo tem caráter de desenvolvimento econômico - no momento em que aperfeiçoa ou incentiva a formação da mão de obra do trabalhador, ele também constrói um elo fundamental entre a sociedade e a universidade.

Com o contexto histórico dos anos 1980, a Extensão surge para resgatar o papel social da Universidade junto à sociedade, fazendo o questionamento do processo da Universalização do ensino e de como a sociedade usufrui dessa base tão importante da formação superior. Esse caminho foi guiado com a criação do Fórum Nacional de Pró Reitorias de Extensão das Universidades Públicas no Brasil.

A relação com a sociedade é necessária e indispensável, pois com ela se estabelece a troca entre o saber acadêmico e o saber popular e, além disso, todo o conhecimento científico, tecnológico e filosófico produzido na academia precisa ser testado, realimentado e reformulado mediante o confronto com a realidade concreta. (NOGUEIRA, 2001, p.69)

A criação desse fórum se baseia em três pilares: o conceito, a institucionalização e a política de financiamento da extensão. Elas são as bases para entendermos como a vida acadêmica e as atividades de extensão eram tão distantes e vistas como algo à parte, que impactavam na articulação da extensão como tripé da educação. Outro item importante e de relevância do fórum, foi discutir a Universidade em sua totalidade e a sua relação com a sociedade<sup>7</sup>.

Com o fim da ditadura, fica evidente que com a redemocratização se abriu debates através das perspectivas dos discentes, docentes e das instituições sobre como se reintegrar à função social da Universidade, após esse período tão conturbado.

É importante salientar que a Extensão passa a ser discutida como algo essencial para a vida acadêmica e que deixa de ter caráter assistencialista e passa atuar como parte de uma construção intelectual, crítica e de aprendizado de toda a comunidade acadêmica.

Em 1996, temos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de número 9.394, na qual o governo federal recomenda que a extensão promova resultados e benefícios oriundos de ações de pesquisa e técnicas da instituição. Embora haja alguns avanços, vemos que nos anos 1990, o Governo Federal foi bastante conservador em relação às ações extensionistas, o que gerou um certo desequilíbrio com as atuações vistas anteriormente.

Com o início dos anos 2000, o Plano Nacional de Extensão retomou o seu caráter progressista com a criação da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior e do Sistema de Avaliação do Ensino Superior, onde ambos reforçam que as ações extensionistas precisam entrar no parâmetro de avaliação das Universidades e o quanto elas impactam no sistema universitário, transformando a Extensão em um ator político do ensino superior.

A extensão passa a ser indispensável para a relação da vida acadêmica e da sociedade, atuando na centralidade da qualidade de vida dessa população,

---

<sup>7</sup> Ao entender a essência da extensão, o fórum também contribui como referência para as políticas extensionistas e instituições de ensino superior públicas, a ponto de ser reconhecido pelo MEC (DE MEDEIROS, 2017).

onde são desenvolvidas, tanto em ações diretas a sociedade, quanto em questões ambientais e tecnológicas. A extensão

(...) tornou-se o instrumento por excelência de inter-relação da Universidade com a sociedade, de oxigenação da própria Universidade, de democratização do conhecimento acadêmico, assim como de (re)produção desse conhecimento por meio de sua troca de saberes com as comunidades. (FORPROEX, 2012. p.10)

Ao longo deste capítulo, conseguimos acompanhar o surgimento e desenvolvimento da extensão e sua política desde os primeiros passos em 1911, até os dias atuais, onde vimos a extensão perpassar seu papel para um caminho de transformação social.

### **3. Formação Profissional em Serviço Social: A importância da Extensão Universitária**

#### **3.1 O Projeto ético-político e a formação profissional em Serviço Social**

Com o intuito de enfrentar novos desafios profissionais no cenário brasileiro, a partir dos anos 1960, os profissionais do Serviço Social passam a desenvolver novas técnicas e aperfeiçoamentos quanto à qualificação profissional, e uma dessas ferramentas é a construção básica de fundamentos para a profissão.

O primeiro movimento da criação de um novo projeto profissional para o Serviço Social, inicia na crítica ao conservadorismo da profissão, o processo se intensifica e ganha força na conjuntura da ditadura militar, juntamente com o período em que a classe trabalhadora volta à cena política, como nas grandes manifestações feitas pelos operários industriais no ABC paulista, em São Paulo.

A luta pela democracia na sociedade brasileira, encontrando eco no corpo profissional, criou o quadro necessário para romper com o quase monopólio do conservadorismo no Serviço Social: no processo de derrota da ditadura se inscreveu a primeira condição - a condição política - para a constituição de um novo projeto profissional (NETTO, 2018, p.10)

Com a mobilização social e a organização sindical, enxerga-se uma necessidade de transformação política e social, na sociedade como um todo e também para a categoria dos profissionais do Serviço Social, mudanças essas, que contribuem para a criação do novo projeto profissional.

Como em todo plano societário, isso não ocorreu de forma neutra e sem disputas, enquanto existia uma parte da profissão que defendia a permanência do conservadorismo, outra parte defendia o vínculo à classe trabalhadora. A primeira conquista contra o movimento conservador, vem com a inserção do pluralismo político, que por sua vez, possibilitou a organização da classe profissional do Serviço Social. E pela primeira vez, se abriu margem para uma disputa de um projeto societário no qual a classe dominante não seja prioridade.<sup>8</sup>

Conforme aponta Netto (2018), a produção de conhecimento no âmbito do serviço social incorpora novas metodologias e teorias que proporcionam crítica ao modelo conservador anterior, e da mesma forma, o novo projeto interfere juntamente na formação profissional do Serviço Social. Com a afirmação do pluralismo, impõem-se a necessidade de acrescentar novas metodologias de ensino, o que acaba possibilitando as divergências críticas, e é nesse período que se inicia a adoção do marxismo como parâmetro da dimensão teórico-metodológica da profissão, logo dos seus fundamentos.

É nesse contexto que o profissional do Serviço Social apresenta um novo perfil. O assistente social passa a responder às demandas da classe trabalhadora em sua nova base democrática, após o período da ditadura, em conjunto com as demandas recorrentes, ressignificando as práticas e intervenções profissionais, proporcionando não só acesso a direitos sociais e civis quanto a intenção de ruptura com o conservadorismo da profissão.

---

<sup>8</sup> No que diz respeito a um projeto profissional, temos que ter a clareza do conceito do pluralismo, que vem a ser um movimento da vida social, e que ao reconhecermos esse movimento, conseqüentemente, reconhecemos que os indivíduos são indivíduos, e que dispõem de comportamentos, origens sociais, intelectuais, ideológicas, comportamentais e políticas, distintas, e que não são homogêneos, o que impõe a criação de um ambiente plural e coletivo (NETTO, 2018).



O impulsionamento do projeto profissional, também afeta o debate da ética no Serviço Social, ao garantir conquistas e direitos, temos a criação do código de ética dos anos de 1986 que depois vem a ser revisado em 1993, que reforça a importância do processo ético da profissão e que nos baseiam até os dias de hoje.

Ao construir o projeto profissional a partir do pluralismo político, do debate crítico, das conquistas sociais vinculadas a redemocratização, da aproximação do debate ético e o compromisso profissional, isso nos possibilitou a criação do que vem a ser o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro.

De uma forma geral, o projeto ético-político, tem sua base, mas é flexível o suficiente para que possa haver alterações em suas metodologias de atuação no enfrentamento dos desafios que surgem no decorrer dos anos, sem perder seu caráter da centralidade da liberdade, autonomia, emancipação e expansão dos indivíduos, o que nos leva a defesa da construção de uma nova ordem societária onde não há espaço para exploração de classes, gênero e etnia.

O projeto ainda apresenta a defesa dos princípios da equidade e justiça social, da ampliação e universalização das políticas públicas e da garantia de direitos da classe trabalhadora, além de incentivar uma formação qualificada, e estreitar a relação do assistente social com o usuário e defende a qualidade do serviço prestado pelo mesmo.

Devemos sempre ter em mente, que a profissão é baseada em um processo, em que ela acaba se transformando mediante as necessidades e relações que a sociedade se insere. Os anos 1990, no cenário brasileiro, passou por diversas reestruturações e mudanças, devido a reforma estatal e pelas novas formas de enfrentamento da questão social. É esse, o movimento que dá origem à revisão das diretrizes curriculares da profissão.

Em resumo, o projeto ético-político, se consolida com o nosso código de ética de 1993, com a lei de regulamentação da profissão e nas diretrizes curriculares e tem como principais objetivos, representar a autoimagem da profissão vinculada aos interesses da classe trabalhadora, condicionar e priorizar as funções inspiradas em valores tais como liberdade e igualdade, possibilitar teórica e metodologicamente bases para o exercício profissional, estabelecer limites frente às relações com os usuários, profissionais e

instituições, tendo como horizonte a perspectiva de garantia de direitos de caráter emancipatório.

### **3.2 As diretrizes curriculares e a extensão universitária**

Conforme documento da ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) em novembro de 1996, o direcionamento para a revisão curricular do Serviço Social se dá a partir de quatro princípios, são eles:

1- O Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva no âmbito da questão social, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista.

2- A relação do Serviço Social com a questão social - fundamento básico de sua existência - é mediatizada por um conjunto de processos sócio-históricos e teórico-metodológicos constitutivos de seu processo de trabalho.

3- O agravamento da questão social em face das particularidades do processo de reestruturação produtiva no Brasil, nos marcos da ideologia neoliberal, determina uma inflexão no campo profissional do Serviço Social. Esta inflexão é resultante de novas requisições postas pelo reordenamento do capital e do trabalho, pela reforma do Estado e pelo movimento de organização das classes trabalhadoras, com amplas repercussões no mercado profissional de trabalho.

4- O processo de trabalho do Serviço Social é determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social e pelas formas históricas de seu enfrentamento, permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado, através das políticas e lutas sociais (ABEPSS, 1996, p.5).

É a partir do lançamento dessas diretrizes que cada Instituição de Ensino Superior planeja sua construção de base curricular para o curso de Serviço Social, seguindo também, onze princípios básicos para a formação do profissional, são eles:

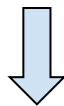
- Flexibilização da forma de organizar o currículo básico da Instituição, como nas escolhas de disciplinas, atividades complementares e seminários, não deixando esquecer das diretrizes.

- Explicitar através do processo teórico-metodológico a realidade da profissão e da sociedade, a ponto de nos fazer compreender os desafios que a profissão entrará no processo de reprodução e produção do ser social
- Ter um referencial teórico crítico que consiga enxergar a totalidade da sociedade.
- Usar os processos investigativos e intervencionistas da profissão com base e a habilidade de relacionar a teoria com a realidade.
- Padronização de carga horária dos cursos diurnos e noturnos, podendo haver um total de quatro horas diárias de atividades.
- Usar o caráter interdisciplinar para a formação do profissional em Serviço Social
- Não fazer distinção do tripé básico da educação: Ensino, Pesquisa e Extensão.
- Ter a prática do pluralismo como algo central tanto na vida acadêmica quanto na vida profissional.
- Ter a ética entrelaçada à formação profissional.
- Associar o estágio com a supervisão nos seus campos acadêmicos e profissionais (ABEPSS:1996).

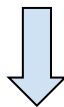
Ao entendermos o processo de formação do profissional como uma construção de caráter teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo conseguimos levar o debate de formação para um enfrentamento crítico quanto ao processo da totalidade, da questão social e suas articulações com o público e privado, atendendo às demandas dos usuários, investigando os processos que contribuíram para a formação da sociedade brasileira como um todo e nas especificidades do desenvolvimento do capital e da profissão, para assim não só entendermos o significado social da profissão, mas também atuar de forma competente a partir da legislação vigente da profissão.

Ainda no debate da formação do profissional em Serviço Social, devemos levar em conta em como essa nova forma curricular interfere no trabalho do assistente social. Explico isso no exemplo abaixo ao passo que:

Ao realizarmos o debate teórico-metodológico



Conseguimos realizar a crítica profissional



Para que o nosso trabalho interfira e ganhe uma dimensão crítica contribuindo com a vivência do usuário

Segundo a ABEPSS (1996), existem três núcleos que são fundamentais para a formação do profissional, o núcleo que trata da constituição do ser social em sua totalidade, na sociedade burguesa, o núcleo que trata da formação sócio-histórica do Brasil e núcleo que trata do trabalho do assistente social (que atuam em suas particularidades).

A criação de um novo currículo, possibilita que a vida acadêmica seja compreendida e interligada por todos, desde os docentes, discentes até que se possa externar a sociedade. Possibilitando uma ponte da história com o futuro e analisando os contextos de forma crítica para que consigamos investigar e solucionar demandas e desafios que possamos encontrar ao longo da nossa experiência profissional.<sup>9</sup>

### **3.3 A atual política de extensão universitária: desafios e possibilidades para o Serviço Social**

O plano nacional de extensão universitária (FORPROEX, 2001) foi criado em 1999 com o intuito de criar unidade aos programas e projetos de extensão, garantindo recursos e viabilizando a permanência desses projetos. O plano visa reconhecer por meio do poder público, a extensão como parte da função social, e não só como caráter acadêmico, possibilitando assim, identificar e solucionar demandas sociais.

---

<sup>9</sup> O documento da ABEPSS (1996) é completo no que se diz respeito aos detalhes dessas diretrizes curriculares, conta com o detalhamento de atividades e matérias básicas e seus componentes, como disciplinas, seminários, laboratórios e oficinas, atividades complementares, estágio, trabalho de conclusão de curso e suas respectivas cargas horárias.

Abaixo listamos os objetivos descritos no Plano Nacional:

- Reafirmar a extensão universitária como processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade, indispensável na formação do aluno, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade;
- Assegurar a relação bidirecional entre a universidade e a sociedade, de tal modo que os problemas sociais urgentes recebam atenção produtiva por parte da universidade;
- Dar prioridade às práticas voltadas para o atendimento de necessidades sociais emergentes como as relacionadas com as áreas de educação, saúde, habitação, produção de alimentos, geração de emprego e ampliação de renda;
- Estimular atividades cujo desenvolvimento implique relações multi, inter e/ou transdisciplinares e interprofissionais de setores da universidade e da sociedade;
- Enfatizar a utilização de tecnologia disponível para ampliar a oferta de oportunidades e melhorar a qualidade da educação, aí incluindo a educação continuada e a distância;
- Considerar as atividades voltadas para o desenvolvimento, produção e preservação cultural e artística como relevantes para a afirmação do caráter nacional e de suas manifestações regionais;
- Inserir a educação ambiental e desenvolvimento sustentado como componentes da atividade extensionista;
- Valorizar os programas de extensão interinstitucionais, sob a forma de consórcios, redes ou parcerias, e as atividades voltadas para o intercâmbio e a solidariedade internacional;
- Tornar permanente a avaliação institucional das atividades de extensão universitária como um dos parâmetros de avaliação da própria universidade;
- Criar as condições para a participação da universidade na elaboração das políticas públicas voltadas para a maioria da população, bem como para se constituir em organismo legítimo para acompanhar e avaliar a implantação das mesmas;

- Possibilitar novos meios e processos de produção, inovação e transferência de conhecimentos, permitindo a ampliação do acesso ao saber e o desenvolvimento tecnológico e social do país.

Ao conceituarmos a extensão universitária e seus desafios, precisamos entender que ela é um compromisso social que a universidade expressa desde a sua construção, e que se altera conforme a conjuntura em seus valores culturais, sociais, políticos e econômicos. Essa construção histórica não é feita sem embasamento, pelo contrário, ela inclusive possibilita, a depender da perspectiva da Universidade, desenvolver suas atividades para construção de uma sociedade mais igualitária e democrática.

Sem as ações extensionistas, como já salientado, corre-se o risco de repetição dos padrões conservadores e elitistas tradicionais, que reiteram a endogenia, abrem espaço para a mera mercantilização das atividades acadêmicas e, assim, impedem o cumprimento da missão da Universidade Pública. (FORPROEX, 2012, p.27)

É indispensável a articulação de todos os setores do ambiente acadêmico para alcançar os objetivos da extensão. Tanto professores, como técnicos administrativos, alunos e todos que constroem esse ambiente, tem responsabilidade para que essas atividades extensionistas não sejam rentáveis no ponto de vista financeiro da instituição, e seus projetos e programas em geral, devem acolher democraticamente, sem distinção social, as demandas da sociedade atingindo a sua realidade.

Sustentamos que o Serviço Social em sua composição, desde seu código de ética, suas diretrizes curriculares e seu projeto ético político, ao trabalharem em conjunto, com seus debates críticos e estudos da sociedade e de suas especificidades, suas demandas e suas expressões, tem na extensão um dos caminhos para o desempenho de seus objetivos em sua essencialidade.

#### **4. Os Projetos de Extensão da Escola de serviço Social da UNIRIO: Contribuições para a formação profissional**

##### **4.1 Objetivos dos projetos de extensão: Enriquecimento da formação Profissional**

A PROExC, Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, vem contribuir, junto com outras instâncias da Universidade, para a instalação de um ambiente universitário estimulador, favorecendo o surgimento de condições propícias para o desenvolvimento do trabalho dos profissionais que atuam na UNIRIO, e para uma formação acadêmica crítica e socialmente referenciada dos alunos, a partir do diálogo com os vários saberes produzidos, valorizando o diálogo entre a cultura erudita e popular na construção do conhecimento acadêmico.

A Extensão é entendida, portanto, como processo acadêmico, definido e efetivado em função das exigências da realidade, indispensável na formação dos estudantes, na qualificação dos professores e no intercâmbio com a sociedade, implicando em relações multi, inter e transdisciplinares e interprofissionais, tornando o ambiente universitário vivo, estimulante e criativo.

Atualmente, no curso de Serviço Social, temos sete projetos de extensão ativos e aprovados pela UNIRIO, sendo eles:

O projeto de Extensão, Luz, Câmera, Ação: A presença das relações de gênero e do racismo no cinema, coordenado pela professora doutora da Escola de Serviço Social, Vanessa Bezerra de Souza, que foi aprovado em 2014 pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

O projeto tem como principal objetivo ampliar a discussão de gênero, etnia e racismo, visando democratizar reflexões a respeito dessas relações desiguais e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária através da linguagem cinematográfica, onde se acredita ser, uma das formas mais didáticas e impactantes para introduzir um diálogo a respeito dos temas citados, além de articular com outros grupos sociais, e organizações de mesma pauta de lutas e

que tenham o compromisso com uma sociedade igualitária, mediando o processo por meio da cultura.

O processo de criação dos conteúdos e da organização de eventos e pautas, são realizados por meio da análise e projeções de filmes com debates acerca dos temas de gênero, etnia e racismo, além de utilização de textos indicados. Os encontros são feitos por meio de reuniões semanais, com estagiários, bolsistas e voluntários. As atividades, eventos, oficinas, cursos, criadas pelo projeto são abertas ao público para debates sobre Gênero, Raça e Etnia, além de buscar convênios e parcerias com instituições para realização de oficinas e cursos de caráter mais longos.

O segundo projeto é o Crianças na Unirio, Políticas de Assistência Estudantil que é coordenado pela professora doutora Carla Daniel Sartor, onde desde 2017, tem como objetivo estimular debates sobre o tema da creche e espaços infantis, além de intermediar o debate com a política de assistência estudantil vigente. Outro objetivo do projeto é viabilizar espaços abertos e itinerantes, onde seja possível organizar o tempo das crianças que estão na universidade, durante o tempo em que os pais ou responsáveis estão em alguma atividade dentro da UNIRIO. O projeto também se baseia na construção solidária, onde quem usufrui do espaço também contribui para sua manutenção.

Desta forma, o projeto tem como objetivos criar base para uma rede de atenção à criança na UNIRIO para atendimento ao público interno e externo, além de estabelecer espaços itinerantes de acolhimento para crianças no âmbito da Universidade e possibilitar a experiência e a prestação de serviços como aprendizagem profissional para alunos, estagiários, bolsistas e voluntários dos diversos cursos da UNIRIO, dar atenção aos filhos de alunos, funcionários e professores que precisam levar seus filhos à universidade de forma esporádica ou temporária.

O terceiro projeto ativo da Escola de Serviço Social é o projeto da professora doutora Susidarley Mota, que teve início em 2018, intitulado Movimentos Sociais e Saúde Mental - Fórum Local de Saúde e Saúde Mental que tem como objetivo ser um fórum na UNIRIO que debata as demandas dos movimentos sociais locais no que diz respeito aos direitos dos usuários



conquistados na reforma sanitária brasileira, na reforma psiquiátrica e na luta antimanicomial, contribuindo numa perspectiva crítica e transformadora, além de ampliar o conhecimento das lutas da saúde mental e dos movimentos sociais através da troca de experiências e a realidade desses movimentos

. O fórum tem a participação popular das lideranças dos movimentos sociais organizados e profissionais do campo da saúde mental, na área programática 2.1, atuantes nos Fóruns distrital e estadual de Saúde do Rio de Janeiro, na Frente Nacional contra a privatização da saúde, Movimento da luta antimanicomial, Conselhos Distritais e serviços de atenção à saúde em instituições públicas, além dos estagiários, bolsistas e voluntários da universidade.

O projeto promove a articulação do ensino, pesquisa e extensão contribuindo para a formação de qualidade, crítica e comprometida dos estudantes e na elaboração de estratégias contra a privatização dos serviços, ampliação do orçamento, entre outros.

O quarto projeto é coordenado pela professora doutora Morena Marques, nomeado por Assessoria, Educação Popular e Serviço Social, que começou no primeiro semestre de 2021 e tem como objetivo atuação com os movimentos sociais por meio de assessoria e consultoria, além de educação popular, com debates teóricos-críticos variados que envolvem a formação social brasileira, políticas sociais, teoria social e orçamento público.

O projeto auxilia equipes profissionais dos movimentos sociais “Coletivo Casulo” e o movimento “Mães de Itaboraí” onde se desenvolve ações estratégicas para que o movimento tenha mais domínio de suas pautas, vejamos os exemplos dos trabalhos realizados neste primeiro semestre:

O trabalho com o “Mães de Itaboraí”, por exemplo, foi iniciado com um questionário onde foi possível identificar o acesso ou a falta de acesso da comunidade de mulheres e mãe da região a saúde, assistência social e as demais políticas públicas e com as respostas se mapeou as redes de atenção básicas, principalmente, voltadas para crianças e mulheres e a atuação dos CRAS, CREAS e SUAS no município, além de realizar uma pesquisa sobre os gastos públicos de como e onde foram aplicados, devido a precariedade dos serviços ofertados. Com o “Coletivo Casulo” foi iniciado um grupo de estudos

quinzenais com o foco em Educação Popular, onde conseguimos identificar a adaptação do projeto em relação às demandas dos movimentos articulados.

O quinto projeto ativo é o Penas Restritivas de Direito: Educação, Trabalho e Exercício de Cidadania, coordenado pela professora doutora Lobelia Faceira. O projeto foi aprovado no começo do semestre de 2020 e tem o objetivo de viabilizar o acesso aos estudantes de serviço social no campo sócio jurídico, principalmente relacionadas ao tema do projeto, penas e medidas alternativas.

O projeto tem também como objetivo a implantação de uma relação de prestação de serviços comunitários com o objetivo de acompanhar e de desenvolver ações socioeducativas da Escola de Serviço Social e da Pós Graduação em Memória Social juntamente com as demandas e encaminhamentos da 9ª Vara Federal Criminal em um caráter crítico da vida social e cumprimento das penas.

Ainda em seus objetivos centrais, o projeto tem a intenção de desenvolver pesquisa sobre as categorias de trabalho, penas alternativas e a atuação do serviço social no campo sociojurídico.

O sexto projeto de extensão ativo é o projeto Serviço Social e direitos: exercício profissional e planejamento no âmbito das políticas públicas, que tem como principal objetivo ser um curso de extensão, onde profissionais do Serviço Social, através da supervisão de estágio contribuam para a formação e capacitação crítica dos futuros e atuais assistentes sociais, conforme é previsto em nosso código de ética.

O projeto é de responsabilidade do Departamento de Serviço Social, especificamente, da Coordenação de Estágio, que desenvolve o trabalho de acompanhamento e controle das atividades do estágio supervisionado, onde se objetiva o fortalecimento da relação entre os supervisores de campo e a Universidade, contribuindo com a formação e com o exercício profissional, e possibilitando reflexões sobre esse exercício diante do cenário político-econômico atual do país, aliando-se a capacitação e educação permanente.

O curso desenvolve videoconferências, por um período de 12 semanas, com uma carga horária total de 40 horas, onde estagiários e supervisores de campo interagem entre os temas organizados e no final os mesmos são avaliados mediante a um exercício final, mediante material digital e arquivos com bibliográficas que foram debatidos no período do curso.

O sétimo projeto é coordenado pela professora Rafaela Ribeiro com o título “O significado da cultura no processo de trabalho do Serviço Social: a importância do debate para além da teoria”. O projeto tem como objetivo principal desenvolver a ação de assessoria e de capacitação dos profissionais do Serviço Social de todas as áreas onde através do debate da cultura e do trabalho, possam contribuir para melhor atuação em seus campos de atuação.

O projeto avança nas características investigativas da pesquisa e da teoria quando fortalece a dimensão técnico-operativa da profissão alinhadas às questões ético-políticas e teórico-metodológicas, além de reforçar a importância do debate da cultura e dos fundamentos básicos da profissão.

Vale deixar registrado que o nosso interesse no debate dos projetos de extensão, iniciaram com o nosso estágio, que foi no campo extensionista, e que foi aprofundado com a matéria de metodologia e pesquisa cursada em 2018, onde foi possível iniciar a pesquisa dos projetos ativos da época. Acredito que apresentar os projetos que já foram desenvolvidos, será de grande importância para a contribuição da extensão e do resgate histórico da Escola de Serviço Social da UNIRIO. Por isso, voltaremos alguns anos para apresentar os projetos que já passaram pela nossa escola.

Cultura, Mídia e Direitos Humanos: potencialização da consciência crítica e desenvolvimento de processos emancipatórios começou em 2014 foi coordenado pela Professora Janaina Bilate e teve por objetivo contribuir com o estímulo de ações educativas na temática direitos humanos, além de assessorar e estimular ações políticas coletivas no âmbito do acesso a direitos. As ações do projeto foram realizadas no bairro do Caju, que na época possuía o menor Índice de Desenvolvimento Humano do Rio de Janeiro, um território em que a população sofria constantemente violações de direitos, desde violência de todos os tipos até a qualidade do ar particulado, que implica diretamente na respiração de seus moradores.

O projeto teve seus objetivos sendo complementados ao longo das atividades. O seu objetivo inicial era de fortalecer os saberes da população e democratizar informações, por meio da educação em direitos humanos e da formação política, atuando inicialmente na Comunidade do Santa Marta em Botafogo, mas em fevereiro de 2014 passou a atuar no Bairro do Caju.

Ao perceberem a necessidade de assessoria dos movimentos sociais que já trabalhavam na localidade, foi desenvolvida uma pesquisa que trouxesse a importância da dimensão investigativa do trabalho profissional. A proposta do projeto passa a ser baseada na assessoria aos movimentos sociais e o apoio aos projetos comunitários de capacitação de agentes públicos e populares pela educação popular em Direitos Humanos, especialmente nos temas da participação política democrática.

Outro projeto de extensão da Escola de Serviço Social da Unirio foi coordenado pelo professor Rodrigo Castelo com o tema, Gramsci, universidade popular e formação política, que tinha como objetivos aprofundar o debate sobre as categorias gramscianas e estimular a conjuntura da filosofia da práxis, fazendo a articulação entre teoria e prática, diminuindo as barreiras criadas pela divisão sociotécnica do trabalho e de outras esferas do ser social, criando ferramentas de largo alcance para socialização do conhecimento produzido procurando romper os muros da universidade.

O início do projeto se deu por atividades desenvolvidas ao longo do ano de 2015, com um grupo de estudos sobre as notas carcerárias de Antonio Gramsci, o principal objetivo foi criar mecanismos e metodologias, com base na educação popular e na teoria crítica de Antonio Gramsci, para formação política das classes subalternas.

O projeto desenvolveu ciclos de debates com convidados da academia e dos movimentos sociais, com uma metodologia dialética, e que possibilitou a participação crítica e ativa dos sujeitos históricos externos à universidade para que eles possam contribuir com seus saberes, práticas cotidianas e visão social de mundo, rompendo com uma prática unilateral da extensão, ampliando o acesso à educação superior de sujeitos históricos comumente excluídos, fortalecendo o caráter público e popular da universidade brasileira.

Tivemos também o projeto de extensão Universidade e Prisão: Um diálogo crítico e dialético coordenado pela professora Lobelia Faceira, sendo implantado em agosto de 2010 com a proposta de realizar um grupo de estudos para os discentes da universidade, com o objetivo de apresentar bibliografia diversificada sobre a área temática de violência, segurança pública, punição e prisão. O projeto foi constituído como um espaço de debate e construção de um

referencial teórico, no sentido de desenvolver subsídios às etapas de investigação e intervenção.

Em 2011, o projeto de extensão implantou um trabalho socioeducativo com os presos da Penitenciária Industrial Esmeraldino Bandeira (SEAPEB), no Complexo Penitenciário de Gericinó, na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. As atividades foram realizadas com o objetivo de discutir o cotidiano da prisão e as perspectivas de retorno à liberdade. Possibilitando espaços de reflexão e debate com base em filmes, técnicas de dinâmica de grupo, charges e músicas. O projeto foi encerrado pela SEAPEB devido a questões de segurança.

Anteriores ao início da presente pesquisa, outros projetos de extensão foram desenvolvidos na ESS da Unirio. São eles:

- Serviço Social: A instrumentalidade da profissão entre as grades visíveis do sistema penitenciário e invisíveis da medida socioeducativa, coordenado pela Prof<sup>a</sup> Lobelia Faceira. (2011)
- A relação do Serviço Social com os Movimentos sociais: a pesquisa e extensão com organizações da classe trabalhadora no Brasil coordenado pela Prof<sup>a</sup> Morena Marques (2016)
- Combate ao Assédio Moral coordenado pela prof<sup>a</sup> Therezinha Martins. (2016)
- Programa de Extensão: Luz, Câmera, Ação: A Universidade e a Prisão em cena, Coordenado pela Prof<sup>a</sup> Vanessa Bezerra e desenvolvido em parceria com a Prof<sup>a</sup> Lobelia Faceira, nos anos 2015 e 2016, cujos objetivos foram de discutir o cotidiano da prisão e temas diversos como violência, Relações de gênero e Racismo junto aos internos do Presídio Industrial Esmeraldino Bandeira (presídio masculino), possibilitando espaços de reflexão e debate com base em filmes, técnicas de dinâmica de grupo, charges e música.

#### **4.2 A implementação dos Projetos de extensão e os impactos da COVID -**

Ao pensar nos impactos da covid-19 para a educação superior identificamos ações emergenciais para efetivação das atividades acadêmicas. Inicialmente, vimos todas as aulas e todas as atividades, como estágio, pesquisa e extensão sendo suspensas temporariamente conforme orientado pelo MEC. Ao enxergarmos as universidades como espaço popular de troca e convivência, fica difícil imaginar esse cenário transportado para um ambiente remoto.

Ao passo que a pandemia avançava e a previsão de retorno parecia ser algo muito distante da nova realidade mundial, e especialmente no Brasil, onde ainda vivemos um período delicado devido às variantes do vírus estarem em plena circulação, e com diversas medidas governamentais negacionistas e flexíveis aos avanços da doença e a falta de controle público da situação, este cenário fez com que o país ficasse exposto a um colapso nas questões humanitárias, de saúde e economia. Nesse momento, começaram os debates sobre o retorno das atividades à distância e de forma remota, sendo tratado como o 'novo normal'.

Pensar especificamente nesse ensino remoto para o Serviço Social é extremamente conflitante ao passo que debatemos e criticamos o ensino à distância e quais os seus impactos para a formação do profissional. Conforme orientações do CFESS, o ensino a distância tem impactos quanto a qualificação dos profissionais devido às fragilidades de seu processo em supervisão acadêmica nos estágios, e a falta de vivência acadêmica, desde discentes aos docentes, que são substituídos por tutores que restringem as atuações a dimensão do ensino e a articulação com movimentos sociais, desvalorizando os profissionais e enfraquecimento a dimensão teórico-metodológica da formação profissional.

É na direção de defesa da profissão, de sua valorização, que o Conjunto CFESS-CRESS, a ABEPSS e a ENESSO vêm mais uma vez ressaltar a preocupação com a expansão de cursos de serviço social no país, especialmente na modalidade de EaD – mas também em cursos presenciais não universitários e sem a efetiva condição de trabalho docente -, que apontam para a formação de profissionais fragilizados/as em sua dimensão interventiva, o que, por sua vez, desqualifica o atendimento na rede de serviços sociais públicos e privados do país. (CFESS, 2014 p.35)

Falando especialmente da Escola de Serviço Social da UNIRIO, o processo se deu de uma forma pensada na adaptação não só dos alunos, mas dos docentes também, houve redução da carga horária das aulas síncronas, que são ligadas às plataformas digitais em tempo real, e atividades assíncronas, como *lives*, filmes, seminários remotos, resenhas de textos e outras atividades que pudessem ser avaliadas posteriormente pelos docentes, executadas pelos discentes e debatido em 'sala de aula' posteriormente, respeitando as limitações de cada um, pois estar em ambiente remoto é lidar com imprevistos, internet lenta, falta de planos e pacotes que suportam as atividades, dispositivos não tão novos ou até mesmo inexistentes, quedas repentinas de servidores, até questões climáticas interferem nessas situações.

Tivemos também um cuidado da Escola em colocar primeiramente as matérias optativas, que costumam ter menos carga horária e um currículo um pouco mais tranquilo e uma restrição para quantidade de matérias solicitadas, e vagas liberadas, dando prioridade aos formandos, onde dessa forma as turmas não ficaram tão cheias e como aluna desse período, posso afirmar que foi a melhor solução para a situação. Nesse semestre foi possível testar como nos comportamos no ambiente remoto, visto que o mesmo é muito mais cansativo que o presencial e exige muito mais concentração para garantir qualidade no processo de aprendizagem.

Nos semestres seguintes, tivemos a volta de atividades como o estágio, onde a Escola se esforçou bastante para garantir que todos os campos de atuação permanecessem remotamente, e a volta de disciplinas obrigatórias e de carga horária maior, houve também uma flexibilização quanto aos prazos para trancamento das disciplinas.

A coordenação de estágio também construiu um documento com orientações para a supervisão de campo onde normatiza o estágio na extensão, dizendo quais as regras e quais as atividades precisam existir no projeto para caracterizar o mesmo como campo de estágio.

Na extensão, vimos projetos também se adaptarem às novas realidades, a maior parte dos projetos começaram a desenvolver atividades remotas, desde seus encontros periódicos até articulações para seminários, debates, rodas de conversas por meio de plataformas digitais, como Youtube, e Google Classroom,

deslocando suas atividades dos auditórios e das ruas para as telas de computadores e celulares, sem perder sua função social.

Como participante por boa parte do período remoto do projeto de extensão Luz, Câmera e Ação: a presença das relações de gênero e racismo no cinema, pude acompanhar a criação de três web seminários, um voltado às práticas antirracistas na saúde, onde desenvolvemos dois módulos e um outro voltado para as práticas anti LBTQIA+ Fóbicas, e de uma efervescência na atuação do projeto com as redes sociais. Criamos o Instagram como uma forma de divulgação dos seminários e de todas atividades acadêmicas tanto da UNIRIO quanto de outras universidades e movimentos sociais, e compartilhamento de notícias que consideramos de relevância. No Facebook pudemos acompanhar também um aumento de engajamentos nas publicações feitas.

Apesar de termos certas limitações quanto a atuação, vimos como projeto um alto número de visualizações nos debates propostos, até o momento dessa pesquisa, as atividades do projeto no canal do Youtube Serviço Social na Pandemia, tem um total de 1.658 visualizações. No canal da Escola de Serviço Social, temos um total de 493 visualizações somadas aos vídeos divulgados.

O projeto de extensão Serviço Social e direitos: exercício profissional e planejamento no âmbito das políticas públicas que é coordenado pela coordenação de estágio da Escola também atuou de forma remota e com realização de oficinas de capacitação para supervisores de estágio e em seus dois módulos, somam até o momento de escrita 1888 visualizações no canal de Youtube da Escola de Serviço Social.

Já indo para o caminho dos limites de atuação e implementação do projeto extensão, temos o projeto Penas Restritivas de Direito: Educação, Trabalho e Exercício de Cidadania que em função da pandemia ficou impossibilitado de exercer suas funções pois iriam assinar o contrato de atuação com 9ª Vara Federal Criminal no mês de março de 2020, quando demos início ao lockdown na cidade do Rio de Janeiro.

Só será possível a implementação desse projeto quando voltarmos às atividades presenciais, pois precisa haver uma nova reunião entre o reitor e o juiz da vara para discutirem a natureza do projeto e, após assinatura do contrato de convênio, as atividades serem realizadas como foram propostas.



Em sua grande maioria, os projetos de extensão da Escola de Serviço Social da UNIRIO, mesmo no contexto de pandemia continuaram exercendo seus papéis, deram continuidade em suas pesquisas, e inovaram nas construções de atividades adaptadas, juntamente com o ensino remoto.

#### **4.3 A função social da extensão universitária como possibilidade de implementação do Projeto ético político profissional**

Um dos principais benefícios da extensão e da relação universidade e sociedade é aprofundar o debate da cidadania e o compromisso com a transformação social. A extensão ao desenvolver essa relação contribui para prestação de serviços à sociedade, tendo a capacidade de ultrapassar o ambiente acadêmico e permitir a criação de um ambiente multi inter e transdisciplinar<sup>10</sup>

Ao entendermos que o ensino, a pesquisa e a extensão são indispensáveis para não só o desenvolvimento uns dos outros, mas também para o desempenho da função social da universidade e que com essa articulação podemos atender às necessidades da sociedade civil, conseguiremos uma atuação plena da universidade e sua relação com a comunidade.

E é justamente a extensão que cria esse elo com a população externa junto ao ambiente acadêmico. Os projetos e programas de extensão fazem essa construção universidade- sociedade.

A extensão proporciona na academia a geração de novos conhecimentos, a criação de novas modalidades de pesquisa, além da integração entre teoria e prática. Já na sociedade permite uma melhor percepção dos problemas sociais, econômicos e políticos (SANTOS, 2016, p.24)

A universidade promove a extensão como um serviço; quem pratica a atividade de extensão põe em prática, aplicando na realidade social, todo o conhecimento adquirido através de pesquisas e do ensino. Outra característica

---

<sup>10</sup> É importante compreender como multidisciplinar sendo o método onde vários ativos cooperam para realização de um objetivo realizando suas propostas de forma independente. O método interdisciplinar é a interação e o intercâmbio dos ativos. O método transdisciplinar ultrapassa a categoria inter e permite uma interação de troca muito mais complexa e dinâmica. (DOMINGUES, 2012)

da relação universidade e sociedade é proporcionar a melhoria da qualidade de vida do cidadão.

Engano achar que a relação só beneficia a sociedade, os alunos também aprendem e criam experiências com a prática profissional.

No momento em que a extensão universitária acontece, os acadêmicos saem da sua rotina em sala de aula passando a praticar o que foi proposto nesta e se aproximando das pessoas, objetivando qualidade na assistência prestada. (RODRIGUES, 2013, p.146)

Pensar no projeto ético-político relacionado com a extensão universitária é pensar na extensão como campo de articulação entre profissionais formados em serviço social e a comunidade acadêmica, possibilitando um desenvolvimento de habilidades e atividades, visando um enriquecimento com o compromisso social, a ética e a garantia de direitos.

Ao analisarmos o projeto ético-político como um projeto que também busca uma transformação da ordem social, as atividades extensionistas permitem desenvolver estes interesses sociais para pessoas de fora da acadêmica.

Os projetos de extensão possibilitam a troca de conhecimento e enriquecem a formação profissional, contribuindo para uma intervenção na realidade social de forma crítica e transformadora. Tem potencial para socializar reflexões sobre a compreensão dos princípios de emancipação, universalização e justiça social, além de contribuir para o acesso à informação que possibilitam uma construção de consciência crítica.

Ter a extensão como aliada ao Serviço Social proporciona um espaço de prática profissional e social articulando as dimensões interventivas e investigativas da profissão, facilitando a formação profissional a ter acesso ao agir da profissão proporcionando o contato com a cultura, a política, e a função social da universidade frente a comunidade.

Precisamos entender também, que a educação nunca será neutra, sempre será um ponto em disputa e que a resistência para uma educação popular, com evidência em sua função social e a defesa dessa educação sendo algo central e de qualidade.

Como futuros profissionais do Serviço Social, devemos sempre estar alinhados aos processos sociais e econômicos que perpassam o ensino superior e as instituições, além de problematizar as condições reais de atuação do Serviço Social em nosso processo de formação.

Ao percebemos o espaço privilegiado que a Universidade nos proporciona e quão poucos têm acesso a essa educação pública e que buscamos ser de qualidade, compartilhar o saber de forma a mudar a realidade dessa sociedade que está em volta desse grande espaço acadêmico, é atuar como discentes para a contribuição da função social da universidade e futuramente, usar essa experiência para a nossa atuação já como formados e atuantes no Serviço Social.

Atuar para a melhoria das condições de vida da população usuária é aprofundar o conceito de cidadania e transformação social.

O modelo de extensão consiste em prestar auxílio à sociedade, levando contribuições que visam a melhoria dos cidadãos. O entendimento a respeito da relação entre extensão e sociedade, é uma visão fundamental que possibilita a qualidade da assistência prestada para as pessoas. (RODRIGUES *et al*, 2013, p.143)

Pude comprovar ao estagiar no projeto de extensão Luz, Câmera e Ação o quão desafiador e de quanta importância é fazer parte desse projeto, seja como estagiária ou voluntária, para minha formação profissional.

A nossa profissão além de ser interventiva nas relações sociais, tem sua atuação direta na contradição capital x trabalho, o estágio tem o papel de mostrar ao futuro assistente social a realidade social através da observação da prática e, exercitar a reflexão desta.

Quando entrei no projeto em 2018 tinha pouco ou quase nenhum aprofundamento sobre a temática de raça e gênero, e não imaginava o quanto esse debate seria fundamental para entender não só a necessidade dos projetos de extensão na Universidade, mas também na atuação como futura assistente social.

Todos os levantamentos, textos, filmes, curtas, documentários e eventos sobre o racismo e o gênero que fizemos ao longo desses anos, sem dúvida me

preparam para futuros atendimentos como assistente social, no foco de um atendimento sem discriminação de gênero e nem de raça e muito mais sensível e atenta as necessidades da população.

Ver o projeto crescendo em cada evento, palestra e ação me faz sentir com o dever cumprido como estagiária e voluntária, esse trabalho de conclusão é uma forma de agradecimento e de retribuição do conhecimento acumulado a partir das minhas experiências.

## **Considerações Finais**

No primeiro capítulo deste trabalho, fizemos um resgate do processo tardio da educação superior no país, das suas principais características e condições ao longo dos anos, como o Estado atuava em relação à educação e como desde o início em sua história, o processo foi elitista, favorecendo as classes burguesas.

Acompanhamos a expansão das universidades particulares e as leis e regulamentações sendo reformadas, os órgãos internacionais interferindo na forma que a educação se desenvolveu no mundo e principalmente nos países periféricos, e também constatamos a crise capitalista sofrida a partir dos anos 70 e como isso impactou na política de educação. A privatização da educação superior se tornou uma espécie de salvação para a crise e acabou transformando a educação em mercadoria.

Vimos no primeiro capítulo o início do debate da extensão, sua origem e como sucedeu sua história no Brasil. Foi possível entender como se deu a criação das legislações da universidade e de atividades extensionistas desde o seu princípio até a criação do Fórum Nacional de Pró-Reitorias de Extensão das Universidades Públicas no Brasil.

O fórum foi construído com três pilares, sendo eles o conceito, a institucionalização e a política de financiamento da extensão. Podemos enxergar também com o fim da ditadura e com a redemocratização avanços que foram recuperados após o drástico período.

Passamos a entender a extensão como uma função indispensável para a vida acadêmica e a sociedade, construindo uma ponte de inter-relações, democratizando conhecimento acadêmico e se tornando uma ferramenta de atendimentos das necessidades da população.

No segundo capítulo vimos a construção do nosso projeto ético-político e os impactos na formação do Serviço Social. O processo de criação não ocorreu de forma neutra, foi baseado em muitas disputas e debates.

Por meio desse trabalho, analisamos a organização da classe profissional do Serviço social, e uma disputa de projeto societário onde a classe dominante não fosse prioridade, incorporamos novas metodologias e teorias na produção de conhecimento, e foi possível fazer a crítica ao viés conservador da profissão.

Apresentamos também que o pluralismo é de suma importância para a construção de um projeto profissional, pois ele é um movimento da vida social e que os indivíduos têm comportamentos, origens, ideologias diferentes e que o processo não é homogêneo.

Nessa perspectiva, a prática profissional se alinha à ética e a alteração do perfil de atuação da profissão, passando a responder a classe trabalhadora e suas demandas. Todas essas mudanças direcionam a profissão a criação do projeto ético-político.

Abordamos também o direcionamento da ABEPSS sobre a revisão curricular do Serviço Social baseada em quatro princípios, e que a partir desses princípios que as instituições de ensino superior constroem seus currículos e disciplinas.

Ainda no segundo capítulo, falamos sobre a política de extensão universitária, a construção do plano nacional de extensão e seus objetivos. O plano nacional teve base na afirmação da extensão como processo acadêmico, fortalecimento da relação universidade-sociedade e prioridade nas ações voltadas à educação, saúde, habitação, emprego e alimentação, frisando a importância do trabalho multi, inter e transdisciplinar. O plano também contribui para entendermos o compromisso social da universidade para construção de uma sociedade igualitária e justa.

Concluimos esse trabalho apresentando os projetos ativos da escola de Serviço Social, como eles nos enriquecem profissionalmente e quão valiosos eles são e que mesmo sem financiamento conseguem articular a universidade e as demandas da população. Como os projetos foram afetados pela pandemia da covid-19 e pelo trabalho remoto e finalizamos apresentando o debate sobre a função social da Universidade.

Espero que a presente monografia contribua como um registro da história da extensão na Escola de Serviço Social da UNIRIO e que tantos alunos como o corpo acadêmico possam aproveitar o mesmo como inspiração para manutenção e criação de mais projetos, considerando a importância das práticas extensionistas para a formação profissional do serviço social de caráter, democrático, popular e socialmente referenciada.

Gostaria também de reforçar o quanto é valioso a atividade de Extensão é para nossa prática profissional e para o nosso desenvolvimento como estudantes e profissionais, e que a ideia do Projeto de Extensão é sair dos muros da universidade, onde dessa forma possamos enxergar a sociedade e seus problemas com clareza e principalmente, criar meios e possibilidades para desenvolver ações para contribuir com a transformação da realidade dessa sociedade tão desigual.

O projeto de extensão ao fazer a articulação entre a universidade e a sociedade, possibilita ao estudante um fortalecimento de sua formação profissional por possuir uma direção teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa e possibilitar a produção e troca de conhecimento diante das relações sociais além de fortalecer o papel social da universidade.

A importância e a contribuição da extensão na formação profissional são enormes, porque nos auxilia a entender os desafios que enfrentaremos no exercício profissional, além disso, a extensão faz parte do projeto pedagógico que propõe a inserção dos profissionais e estudantes em todas as áreas para desenvolvimento das nossas habilidades e técnicas para a execução das nossas atividades na prática profissional.

Não podemos esquecer e precisamos sempre enfatizar e conectar essas atividades técnico-operativas às outras duas dimensões teórico-metodológica e a ético-política que fazem parte do Serviço Social, e que nos possibilitam além de agir pontualmente, criar uma análise crítica com as referências teóricas, que nos permitem entender o ser social e seus aspectos históricos, tendo como referência o nosso código de ética profissional de 1993. Para os discentes e docentes, a extensão é uma perspectiva mais ampla e rica por possibilitar a atuação do aluno no sentido de contribuir com a transformação, tendo como horizonte o compromisso com uma sociedade igualitária.

## Referências

ALMEIDA, Raphaela. **O “novo” sindicalismo e a memória do movimento operário na Primeira República.** Disponível em [http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338425825\\_ARQUIVO\\_ANPUH2012Trabalhorev1.pdf](http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338425825_ARQUIVO_ANPUH2012Trabalhorev1.pdf). Acessado em: 04 de junho de 2021

ALVES, E. M.; GONÇALVES, R. M. de P. **Educação como mercadoria: desafios da educação superior em meio ao capitalismo em crise.** Revista Internacional de Educação Superior, Campinas, SP, v. 5, p. e019025, 2019. DOI: 10.20396/riesup.v5i0.8653651. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8653651>. Acesso em: 9 set. 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social.** Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: . Acesso em: 7 de Maio de 2021

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história.** São Paulo: Cortez, 2008 – 5. Ed. – (Biblioteca Básica do Serviço Social)

BOSCHETTI, Ivanete. **Seguridade Social e projeto ético-político do Serviço Social: que direitos para qual cidadania?** Revista Serviço Social & Sociedade, São Paulo, v.25,n.79, p.108-132, set./nov. 2004.



BORTOLANZA, Juarez. **TRAJETÓRIA DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO – UMA BUSCA DA ORIGEM ATÉ A ATUALIDADE**. Mar del Plata - Argentina: XVII Colóquio Internacional de Gestão Universitária, 2017.

CASTRO, Luciana Maria Cerqueira. **A universidade, a extensão universitária e a produção de conhecimentos emancipadores**. GT11 - Política da Educação Superior, 27ª Reunião Anual da Anped, 2004.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**, 1993.

CFESS. **Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e serviço social**, volume 2, 2014

CISLAGHI, Juliana Fiuza. **Do neoliberalismo de cooptação ao ultraneoliberalismo: respostas do capital à crise** \_\_\_\_\_. Artigos esquerda Online. 2020.

DOMINGUES. Ivan. **Multi, Inter e Transdisciplinaridade – onde estamos e para onde vamos?** USP: São Paulo. Pesquisa em Educação Ambiental, vol. 7, n. 2 – pp. 11-26, 2012 Disponível em: [.https://doi.org/10.11606/issn.2177-580X.v7i2p11-26](https://doi.org/10.11606/issn.2177-580X.v7i2p11-26) acessado em 09 de Setembro de 2021

FÓRUM Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Extensão Universitária: organização e sistematização**. Org. Edison José Corrêa. Belo Horizonte: Coopmed, 2007. Disponível em: <http://www.cedaf.ufv.br/dxt/anexos/pagina/arquivos/2358.pdf> . Acesso em: 8 de junho de 2021

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS E SESU /MEC. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Edição Atualizada. Brasil, 2000/2001.

FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: FORPROEX, 2012. Disponível em: <http://www.renex.org.br/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>

Gomes, V., Machado-Taylor, M. de L., & Saraiva, E. V. (2018). **O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL - BREVE HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO**. *Ciência & Trópico*, 42(1). Recuperado de <https://fundaj.emnuvens.com.br/CIC/article/view/1647> Acessado em 03 de agosto de 2021

GUERRA, Maria Aurea Montenegro Albuquerque. **A educação superior brasileira no contexto da crise do capital: uma análise crítica**. Universidade Federal do Maranhão: V Jornada Internacional de políticas públicas, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na cena contemporânea**. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

IANNI, Octavio. **A ditadura do grande capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981. p.22-45.

**LEI Nº 8662/93 – Regulamenta a Profissão de Assistente Social.**

**LEI Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 - Diretrizes e bases da educação nacional**

MATOS, Maurílio Castro. **Assessoria e Consultoria: reflexões para o Serviço Social**. In: BRAVO, Maria Inês Souza e MATOS, Maurílio Castro.

MATOS, Maurílio C. **Assessoria, consultoria, auditoria, supervisão técnica**. In: CFESS/ABEPSS (Orgs). Serviço Social: direito sociais e competências profissionais. Brasília: Abepss, 2009

NETTO, José Paulo. **A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social**. Disponível em: [https://www.ssrede.pro.br/wp-content/uploads/2017/07/projeto\\_etico\\_politico-j-p-netto .pdf](https://www.ssrede.pro.br/wp-content/uploads/2017/07/projeto_etico_politico-j-p-netto .pdf) Acessado em 04 de julho de 2021

NOGUEIRA, M. D. P. **Extensão universitária no Brasil: uma revisão conceitual.** Construção conceitual da extensão universitária na América Latina. Brasília: UNB, p. 57-72, 2001.

Rodrigues, A. L. L., Costa, C. L. N. do A., Prata, M. S., Batalha, T. B. S., & Passos Neto, I. de F. (2013). **Contribuições da extensão universitária na sociedade.** *Caderno De Graduação - Ciências Humanas E Sociais - UNIT - SERGIPE*, 1(2), 141–148. Recuperado de <https://periodicos.set.edu.br/cadernohumanas/article/view/494>. Acessado em 07 de julho de 2021

SGUISSARDI, Valdemar. **Universidade pública estatal: entre o público e o privado/mercantil.** *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 26, n. 90, p. 191-222, jan./abr. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v26n90/a09v2690.pdf>. Acesso em: 08 de Agosto de 2021

SANTOS, J.; ROCHA, B.; PASSAGLIO, K. **EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E FORMAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR.** *Revista Brasileira de Extensão Universitária*, v. 7, n. 1, p. 23-28, 28 maio 2016.

SOUZA, Giselle Souza da. **Transferência de renda e monetização das políticas sociais: estratégia de captura do fundo público pelo capital portador de juros.** In: SALVADOR; BEHRING; BOSCHETTI; GRANEMANN (orgs). **Financeirização, Fundo Público e Política Social.** São Paulo: Cortez, 2012.

TUTTMAN, Malvina Tania. **Extensão Universitária: uma alternativa viável? IV SEMEXT.** Anais do IV Seminário de Extensão Institucionalização da Extensão Universitária. Uberlândia, 2000. p.69-71.

WORLD BANK. **Financing education in developing countries:** an exploration of policy options. Washington, DC: World Bank, 1986.